



RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS E TERRAS QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO

Jane Josefa Da Silva Camilo¹

Tomando como fundamentação teórica a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2014), propomos neste trabalho analisar as nomeações do quilombo Quariterê/ Piolho e Aldeia Carlota/ Rio São João, enquanto um acontecimento político e de resistência, para tanto tomaremos alguns conceitos da Análise de Discurso (PÊCHEUX 2014), (ORLANDI 1990, 2005). O *corpus* será textos dos quais analisaremos recortes, entendendo assim como Guimarães (2011) que “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação”.

Ao abordar a questão do discurso como ‘feito de sentidos entre locutores’, Orlandi (2005, p.21), assegura que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Nessa abordagem teórica, a língua é pensada como ‘capaz de falha’, isto implica em dizer que a língua “aparece como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo: como jogo *nas* regras, mas, principalmente, como jogo *sobre* as regras” e é justamente aí que se abre para o equívoco pois, “há na língua uma ordem de regra que não é nem lógica e nem social”. (ORLANDI, 1999, p 58)

A concepção de político é entendida por Orlandi (1990, p. 35), como “relação de confronto”, especificamente pela consideração do “silêncio como fundamento do sentido”. Para a autora a linguagem é política por causa do silêncio fundador:

o silêncio fundador não recorta: ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio: é porque significa em si que o ‘não-dizer’ faz sentido e faz sentido determinado. É o silêncio fundador, portanto, que sustenta o princípio de que a linguagem é política. (ORLANDI, 1990, p.51)

Para Guimarães (2002), o funcionamento enunciativo é político porque distribui nos espaços de enunciação os lugares de dizer, quer seja, o político é a contradição que instala o conflito no centro do dizer: “a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos” (GUIMARÃES, 2002, p.17). No espaço de enunciação, definido como espaços constituídos de línguas e falantes, o falante é afetado pelos lugares sociais que o autorizam a dizer de um certomodo (locutor x), esse sujeito não é uma figura empírica, mas é uma figura política constituída nos espaços de enunciação, desse modo, o acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político.

Considerando a configuração do espaço de enunciação brasileiro, como o segundo período, pois no entender de Guimarães (2014, p. 52), este período se caracteriza “pela relação entre o português (língua oficial), as línguas indígenas, as línguas gerais e as línguas

¹ Doutoranda em Linguística, UNEMAT/PPGL



africanas dos escravos”. Em Mato Grosso a escravidão iniciou com as atividades mineradoras em 1719. Em 1736, os negros eram trazidos inicialmente pelas monções fluviais e também através do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás. Uma das questões que acompanham o tema da escravidão no Brasil é a da resistência em relação ao sistema escravocrata. A fuga era uma das estratégias para alcançar a liberdade. Em Mato Grosso não foi diferente, a resistência contra a escravidão assumiu várias modalidades, entre elas o suicídio, a fuga e a organização de quilombos.

O primeiro quilombo de Mato Grosso de que se teve notícia foi o de Quariterê, que se formou às margens do Rio Quariterê ou Rio Piolho, afluente da margem ocidental do Guaporé, também referido por alguns cronistas por Quilombo das Campanhas do rio Galera. Para Siqueira (1990), esse povoado era composto de negros, crioulos, índios da Nação Cabixi e de caburés, revelando que muitos resistiam e fugiam da dominação branca.

O Quilombo de Quariterê foi destruído, pela primeira vez, em 1770, na época da destruição o quilombo era governado por uma viúva negra, a Rainha Tereza, que assumiu o comando após a morte do esposo José Piolho. A rainha Teresa, após a destruição do quilombo que liderava, “caiu em profunda depressão, vindo falecer, antes mesmo do retorno da bandeira à Vila Bela”, (SIQUEIRA, 1990, p. 135).

Após um mês, a bandeira retornou a capital de Mato Grosso (Vila Bela), onde foi feito o reconhecimento público dos escravos por seus proprietários, os demais foram presos. Os quilombolas foram surrados, marcados com ferros em brasa com a letra F de Fugidos e parte de suas orelhas foram cortadas. Para Siqueira (1990, p. 135), essa extrema violência além do castigo servia também para:

demonstrar à população o peso e o poder do capitão –general e a dos proprietários dos escravos, servindo para simbolizar que, aos que praticassem atos semelhantes, seriam aplicadas as mesmas penalidades. Estes gestos, ao invés de intimidar, ao contrário, revoltaram ainda mais os escravos que, não deixaram de fugir.

Ao tratar da resistência no discurso, Pêcheux (2014, p.281) diz que “não há dominação sem resistência”, e ainda frisa que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar pensar por si mesmo”.

Guimarães (2002, p. 12), diz que “O acontecimento é sempre uma nova temporalidade, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”. O acontecimento de linguagem ao recortar um passado como memorável instaura um presente que está sempre em projeção para o interpretável, dito de outro modo, um presente com latência de futuro.

Em relação a nomeação Guimarães (2002, p.37), enfatiza que “o processo enunciativo da nomeação pode envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações diversas”.



Para analisar a primeira nomeação do quilombo Quariterê ou Piolho, de origem etimológica tupi guarani *Guariteré*, que significa “o piolho”, a língua que se apresenta na escrita é a língua oficial do império português, podemos dizer que o acontecimento se refere tanto ao rio como ao quilombo, excluindo e ou substituindo o nome indígena Quariterê pelo seu significado em português Piolho. Para Guimarães (2014, p.53), “exclui-se o nome, excluem-se os falantes da língua”, pois há uma “recusa de outras línguas”, no caso a língua indígena. Dito de outro modo, há um embate enunciativo que substitui uma nomeação de uma língua indígena (Quariterê) por outra dominante a língua portuguesa (Piolho).

Em vinte anos de resistência o quilombo foi reconstituindo. Em 1791, os proprietários de escravos solicitaram novamente das autoridades providências para capturar os escravos fugidos que totalizavam 600 escravos. Uma nova bandeira foi montada com objetivos de dar término aos quilombos e descobrir novas minas, após determinação do capitão-general à câmara de Vila Bela:

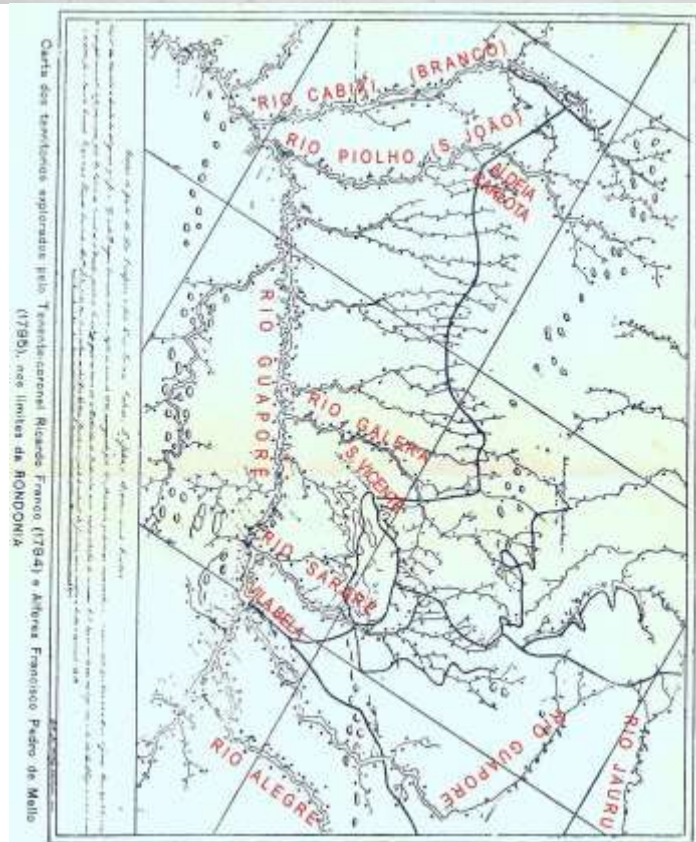
Uma das especiais obrigações das Câmaras é ocorrer às necessidades públicas e a atual falta de terras minerais e repetidas fugas de escravos que se vão aquilombar nas vizinhanças do Guaporé e arraiais contíguos à esta capital, são objeto que exigem o prontíssimo remédio da formação de Bandeira que explorasse aqueles sertões com dois ponderados fins. (Fonte: NDIHR/Documentos Ibéricos *apud* SIQUEIRA, 1990, p.136)

O Quilombo do Piolho foi destruído, os homens foram levados amarrados, mas conforme Siqueira (1990, p. 136 - 137), “ao chegarem em Vila Bela foram distribuídos aos seus donos, porém o espetáculo de suplícios públicos não mais aconteceram, pois já era conhecida a ineficiência da medida e seus efeitos contrários aos desejados”.

Entendemos que a questão do poder está numa relação de forças em que o sujeito nem sempre aceita a regulação passivamente e desencadeia gestos de resistência, como o de nomear o quilombo do **Piolho**, em homenagem ao conselheiro e esposo da Rainha Teresa, José Piolho (e também o nome do rio local). Pois como assegura Brum (2017) “é com nome e com história e com laços que se rompe a invisibilidade”.

Após algum tempo da destruição do Quilombo do Piolho, o governador João Albuquerque, transferiu para o mesmo lugar onde foram apreendidos os escravos, agora alforriados, como estratégia para garantir a posse da terra à coroa portuguesa da região fronteira, através do ‘*UTI POSSENDIS*’, quer seja, a posse pela utilização, pelo assentamento da população.

Conforme o mapa abaixo, pertencente a carta dos territórios explorados pelo tenente-coronel Ricardo Franco em 1794 e pelo alferes Francisco Pedro de Mello em 1795, nos limites de Rondônia, pode-se encontrar a nomeação/ renomeação do Rio Piolho (São João) e Aldeia Carlota:



Fonte: “RONDONIA” (apud MACHADO, 2006, p. 5)

Na segunda análise vamos partir da renomeação, em que destruído novamente o quilombo do Piolho ou Quariterê procura-se ‘apagar’ ou silenciar com a troca de nome ou a renomeação para **Aldeia Carlota** e o rio deixa de ser Piolho e é renomeado de **São João**. Busca-se então rememorar partindo de uma conexão entre o poder político da Coroa Portuguesa e o poder religioso da Igreja Católica, podemos dizer que o acontecimento se refere à Carlota Joaquina, princesa de Portugal e esposa do príncipe D. João, como uma tentativa também de ‘apagamento’ da rainha Teresa de Benguela, procura-se renomear com um nome de mulher da corte portuguesa.

O acontecimento de enunciação sustenta a necessidade de nomear diferente, nas palavras de Guimarães (2016, p.53) “com a determinação se apresenta a opacidade do processo de nomeação, a sua historicidade, a sua não-transparência. Em outras palavras, o que individualiza é o que traz a posição do enunciado.” Dito de outro modo, ao nomear não está apenas referindo a um lugar (aldeia/ rio), o acontecimento de nomear sintetiza o “confronto entre a dimensão do acontecimento e a memória que necessariamente comparece para que o acontecimento seja um acontecimento de linguagem, um acontecimento de sentido” (IDEM).

Para Orlandi (1990, p. 104), “o silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação”, então ao nomear/renomear impõe-se um silêncio, mas ao mesmo tempo, para a autora, “o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência”. No mapa,



mesmo querendo 'silenciar/apagar' o nome do rio Piolho acaba por fazer um registro oficial do nome e conseqüentemente uma rememoração do quilombo do Rio Piolho.

Este estudo nos possibilitou perceber como os sentidos sobre as nomeações dos quilombos de Mato Grosso e as resistências ecoam ou são silenciados nos documentos e textos que abordam a temática pois, "a memória destas enunciações reconfigura a designação pelo que delas rememora, projetando outros sentidos como futuro destes acontecimentos que nomeiam e renomeiam." (GUIMARÃES, 2016, p. 57).

REFERÊNCIAS

_____. *Análise de texto*. Procedimentos, análises e ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, Laboratório Corpus: UFSM, n.40, p. 49-68, 2014.

_____. Terra de vera cruz, Brasil .p 51- 62 In: KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria; (orgs.) *Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)*Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes, 2002.

MACHADO, Maria Fátima R. Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso. GT 48 – Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias, Goiânia, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. IN: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Revista Escritos n 4. Labeurb Campinas: ed. Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2014.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1990.